



APRESENTAÇÃO

A história e os corpos: imagens de um mundo em guerra

Frederico Canuto

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
fredcanuto@gmail.com

Fernando Resende

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro / Brasil
fernandoaresende1501@gmail.com

Ao propor o tema da chamada deste número do Cadernos Benjaminianos - Urbanismo e Guerra - lançamos uma série de referências primeiras que procuraram abordá-lo de maneira diversa e o mais aberta possível, pensando-o tanto como conflito destrutivo quanto também produtivo no contexto das cidades e espaços urbanos.

O Urbanismo, como um dos recortes conceituais da proposta, foi posto como operador inicial visto que é nos espaços urbanos – sejam eles as cidades ou o campo –, que a vida acontece, tanto em sua excepcionalidade, como em sua monotonia diária. Tomando-o não como a ciência que cria um modo de intervir sobre a cidade, mas uma que a considera e a pensa como espaço de criação de modos específicos de viver no mundo, tal conceito é vital para se começar a pensar a relação entre estética, política e cotidiano seja pelas imagens ou pela vida vivida. Não coincidentemente, é a cidade e a experiência metropolitana, uma das preocupações centrais do pensamento benjaminiano: lócus do capital e de suas contradições e potencialidades insurgentes.

Tendo tal espacialidade como centralidade, a ideia de estetização da política desenvolvida por Benjamin, em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, no contexto da ascensão do fascismo e de sua relação com um conflito armado entre nações à época ainda não instalado tornou-se mote para uma discussão da violência, destruição e precarização da vida. Tomando estes como traços de uma idiossincrática vida metropolitana no seio da metrópole novecentista e nos espaços das cidades desiguais do século XX e XXI, eles são também desdobramentos de uma guerra particular que iniciada como resolução de conflitos políticos, torna-se política do cotidiano e dos corpos. Concordando então com Michel Foucault *Em defesa da sociedade* (2005), “a política é a continuação da guerra por outros meios”, pois interioriza a guerra e a transforma em cálculo, em biopolítica, em gestão de riscos.

Assim, a guerra aparece como segundo recorte conceitual. Como contraponto, e de modo a expandir a própria noção de guerra como controle, gestão e cálculo, apontamos a ideia de conflito numa perspectiva baseada no pensamento da geógrafa Irit Rogoff. Para esta autora, em *Terra Infrma: geography's visual culture* (2006), os conflitos, particularmente os de longa duração, impõem um desafio não somente aos sujeitos que os vivem no seu cotidiano, mas também, muito especialmente, aos que têm como ofício refletir e procurar entender seus modos de produção e desdobramentos. Somos nós, pesquisadores, que nos vemos também afetados pela experiência de conflitos que alteram nossos modos de estar e pensar o mundo. Nos dias em que vivemos, quando o que se entende por guerra se conforma em uma pletora de conflitos territoriais, étnicos e religiosos, propõe a autora, nós nos vemos diante de “geografias exauridas”; fato que nos impõe reconhecer a falta de instrumentos para pensar e articular modos de conhecimento que nos fariam entender os conflitos na complexidade em que eles se dão.

Além de Rogoff, chamamos também atenção para Pierre Clastres no texto *Guerra nas sociedades primitivas* (2011), que pensa tal conflito como traço definidor de um modo particular de construir uma sociabilidade nas populações ameríndias. Fazendo o mesmo movimento de Deleuze, que em *Mil Platôs* (1997) articula as ideias de Clastres às máquinas de guerra no contexto do capitalismo e da produção do desejo, interessa-nos entender como a guerra pode se desdobrar numa violência que, antes de ser uma violação negativa dos corpos, é uma criação exponencial de outros. Um fato que nos ajuda a pensar a questão da multiplicação como

sinônimo da boa política, a política da heterogeneidade, da diferença, do embate produtivo e criador, que ocorre a despeito, contra e dentro do Estado, como nos lembra Eduardo Viveiros de Castro numa entrevista no livro *Encontros* organizado por Renato Stutman (2003)

A proposta é, portanto, pensar cada artigo como uma mônada, em que Benjamin diz “(...) cada ideia contém a imagem do mundo. A representação da ideia impondo-se como tarefa, portanto, nada menos que a descrição dessa imagem abreviada do mundo”. Nesse sentido, a partir de um recorte específico sobre o mundo, os artigos aqui apresentados produzem uma imagem que busca expor uma ideia e/ou um problema que se organiza em torno de um contemporâneo cuja “norma” é a própria experiência do conflito conforme nos diz Bernardo Miege em *O espaço público perpetuado, ampliado e fragmentado* (1999).

Esta edição se torna, assim, um conjunto de imagens em que a violência, a resistência e a criação aparecem como traços indelévels da relação entre os espaços do mundo, incluindo seus modos de fazer e experimentar as guerras e os conflitos. Por esta razão, entendemos que ela tornou-se uma mônada na qual o ano de 2013 reverbera. Tal momento não significa apenas “junho de 2013”, mas um traço e/ou uma tradição de conflito(s) característico(s) de uma Modernidade que, tal como o anjo de Klee em famosa argumentação de Benjamin, é um acúmulo de ruínas composto pelos escombros do passado, estes que são vividos na materialidade da vida, nos espaços do cotidiano, seja em momentos excepcionais ou no dia a dia e esquecidos pela história dos vencedores. Ainda que o vento do progresso lance o anjo para o futuro, seus olhos olham o que ficou, desejando “acordar os mortos e juntar os fragmentos”.

Neste sentido, 2013 seria um evento que tem filiações não apenas com outras regiões geográficas mas outros campos temporais. 2013 está próximo da eclosão dos movimentos *Occupy*, a partir da crise financeira de 2008, assim como dos conflitos por terra no Brasil e no mundo pois além de ser resistência contra a mercantilização da vida é invenção e multiplicação de outras formas de vivê-la. No entanto, tendo em vista os artigos que serão aqui apresentados, esta data também tem especificidade porque são dobras e desdobras de questões muito específicas brasileiras que vieram à tona e de modo visível como nunca antes: dos quilombos surgidos a partir da luta dos escravos, das imagens produzidas compartilhadas nas redes telemáticas em tempo real, das ocupações escolares.

Sendo assim, a proposta é entender 2013 como um fantasma que às vezes aparece como objeto e outras como apontamento imprescindível para entendermos a relação histórica da ideia de guerra como produção de capitalismo e de desejo. Antes de ser um ano indecifrável, passado nas telas de computadores, televisores e nos corpos daqueles que estiveram e ocuparam as ruas, 2013, conforme sugerimos, torna-se um ponto nevrálgico relativo à de uma outra tradição, a de levantes, conforme pensado por Didi-Huberman.

O texto que abre a revista diz exatamente sobre a relação visível/invisível entre o presente e o passado. Em “Perspectiva filosófica de Giorgio Agamben: a respeito da noção de recordação em Walter Benjamin”, de André Carvalho de Moura, o que está em questão é justamente a presentificação e a escrita da história como tarefa. A pergunta que organiza tal texto é como se podem criar imagens que não representem o passado tal como ele pretensamente foi, mas como a ética, a poesia e a filosofia podem auxiliar, numa perspectiva bem singular – que é a Agambeniana – de cumprir tal missão no interior e a partir da experiência histórica. Assim, esse é o fio que costurará todos os textos: uma discussão sobre representação, experiências e escrita da história.

A partir daí, tomando 2013 como um ponto de viragem, a primeira parte nos chama atenção para o que entendemos como **Predisposições para um novo (mas o mesmo) 2013**. Nesse sentido, a literatura, o cinema, o teatro e as artes, de modo geral, se apresentam nesta edição como formas e instrumentos centrais que ativam a compreensão das relações e dos problemas que propomos tratar entre urbanismo, guerra, história e conflitos.

Em “Literatura e política: Walter Benjamin e o caso Berlim Alexanderplatz”, de Leonardo Francisco Soares, narrar a experiência metropolitana no contexto específico da república de Weimar usando o recurso da montagem dadaísta faz pensar a literatura em sua forma e conteúdo como modos de engajar-se politicamente no contemporâneo. Já em “Diálogos entre Walter Benjamin e Glauber Rocha: uma leitura alegórica de *Terra em Transe* e o mito fundador do Brasil”, Juliana Rocha Franco faz uma leitura alegórica do filme de Rocha, apresentando-o como uma metáfora que coloca em cena o Brasil. Ao propor um diálogo entre Benjamin e Glauber Rocha, o artigo não só evoca outras leituras possíveis de um filme já amplamente discutido, como também nos faz ver como a história dos conflitos se reconfigura através e a partir do cinema.

Em “A guerra por detrás da guerra – a batalha artística na Alemanha Nazista no período entre as grandes guerras”, de Celina Borges Lemos e Danielle Amorim Rodrigues, discute-se historicamente o papel das duas grandes guerras, atribuindo sentidos e funções às suas entrelinhas, denominado “guerras por detrás das guerras”. A arte e a arquitetura, em particular, são instrumentos de fundo que nos permitem avançar a discussão a respeito das relações entre guerra e estética. Trata-se de pensar a estética, conforme aqui também propomos entender, como espaço de luta que ativa, inclusive e fundamentalmente, a posição dos corpos em determinados espaços e contextos.

Em “Ocupações de terra: constelações entre o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto no Ceará e as ocupações urbanas de sem-teto da região Metropolitana de Belo Horizonte”, os autores, Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas, Joviano Gabriel Maia Mayer e Douglas Mosar Moraes Resende, produzem uma reflexão muito interessante sobre memória e presente, evocando o problema da luta pela terra no Brasil. Conflitos territoriais, em sua dimensão micro, tornam-se complexos que nos instigam a pensar a respeito dos modos através dos quais as ocupações urbanas atravessam espaços e tempos. A produção de novas sociabilidades é uma questão central neste artigo e são com elas que os corpos produzem, no conflito, novas experiências.

É este exatamente o aspecto que nos leva aos artigos que estruturam a parte II da nossa edição, a que chamamos de **Junho de 2013: das imagens e dos corpos**. Sobre as imagens, dois textos discutem a questão. Em “E quando não houver ruínas?”, de Roberto Robalinho, a partir de um plano-sequência durante os protestos no Rio de Janeiro, se discute a representação filmica e o potencial estético das imagens que querem fazer ver junho de 2013 pela experiência daquele que está lá. Já “Outras narrativas: imagens da Copa a partir do projeto *Offside Brazil*”, Mariana Tidei oferece-nos uma discussão a respeito da disputa de narrativas no âmbito do conflito. O projeto *Offside Brazil*, na visão da autora, seria agente produtor de imagens dissensuais, e portanto agenciaria um novo campo, o que nos leva a pensar, uma vez mais, na dimensão da representação e da ação em torno de outros corpos produzidos e gestados no próprio conflito.

Sobre a dimensão dos corpos coletivos, em “Os corpos no espaço: confrontação ao simulacro democrático e resistência à estetização da política”, de Pollyana Pereira Coelho, as imagens espetaculares cedem espaço

para os modos de se fazer política advindos de 2013. Este texto usa as ocupações secundaristas ocorridas e tidas como lastro herdado deste ano para discutir os impasses e as ambiguidades da relação entre democracia direta e representativa, esta última um dos principais enfoques de crítica – “não nos representam”.

E finalmente, no último conjunto de textos, pensando a dimensão que 2013 faz desdobrar para o futuro e afirma do passado, temos **Pós Junho de 2013 ou o que sempre esteve aqui**, cujos textos apontam para conflitos que se dão ora como traço de uma história da formação do Brasil e sua relação com o passado escravagista, ora como traço de uma ideologia desenvolvimentista que não cessa de apontar para o fim dos mundos.

Em “Matadouros à imagem da cidade”, de Breno Luiz T. Silva, as asserções de Georges Bataille acerca do matadouro servem de mote para entender tanto a informalidade constituinte da realidade urbana como sua apropriação pelo capital, transformando o abjeto em templo do consumo – o *shopping center*. Tal movimento entre o que é construído à revelia *vis à vis* o que se transforma em objeto para ser consumido aponta para uma história de Belo Horizonte em que o erótico das ruínas e do que não está pronto é substituído pela limpeza estética, o que Benjamin aponta como facista em sua origem. E isso se conecta com “O som das escavadeiras”, de Simone Cortezão, na medida em que o dispositivo que ativa a memória é o som. Em forma de elucubrações, ficcionais ou memorialísticas, as máquinas, de uma mineração globalizada – que vai do Oiapoque a Pequim – enterram o passado. Do sublime dos desastres ambientais, não um elogio mas uma crítica fabulativa em que paisagens da amnésia são descortinadas por textos e imagens.

Como contraponto aos matadouros e às escavadeiras, o texto “Cidades a contrapelo: por uma possibilidade de urbano”, de Carolina de Castro Anselmo, apresenta-se a partir de um estudo relacional entre Benjamin e Boaventura de Souza Santos. Trata-se de um olhar renovado sobre os quilombos e as heranças de um passado colonial que podem apontar para o futuro sob novas formas de viver.

Ao retomarmos o movimento teórico do materialista benjaminiano em suas *Teses sobre a História* – e de forma análoga ao que Engels e Marx pensaram a respeito da Primavera dos Povos no *Manifesto Comunista* de 1848, “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo” – é possível dizer que um novo (mas o mesmo) espectro ronda agora o mundo.

Não tendo mais a Europa como centro, mas um mundo globalizado e interconectado de centralidades dispersas e lideranças distribuídas num território alisado, o comunismo reaparece, não como uma revolução ou uma promessa, mas como aquilo que diz respeito a todos, seja como uma nova (e a mesma) história a ser escrita ou para apontar culpados – público e/ou coletivo – consentidos e incitados pelo Estado e mercado, muitas vezes em conluio, ou em novos regimes de economia política centrados numa democracia radical e numa solidariedade.

Esperamos que uma vez construído este panorama, seja possível entrever novas linhagens, novas dobras e novas intensidades históricas, questão cara a Benjamin que, ao fim da vida, produziu um ensaio que até hoje tem impactos na compreensão da tarefa da história. Esta edição, deste modo, é o esforço de se somar aos que se interessam pelo exercício de narrar outras histórias, renovadas e muitas vezes, até então, invisíveis.

Desejamos a todos ótimas leituras!